

Crescimento Econômico, Bem

*RICARDO AZEVEDO SILVA

O acirramento e uma maior percepção dos problemas ambientais se somaram às questões sociais, referentes às desigualdades e às carências societárias diversas, para levar a um questionamento da visão predominante, desde o pós-guerra, do crescimento econômico como uma condição necessária e suficiente para o progresso.

Este artigo discute tal debate que toma corpo a partir da Conferência de Estocolmo em 1972.

Em 1972 realizou-se em Estocolmo a primeira conferência mundial sobre a questão ambiental, logo após a publicação do primeiro relatório do Clube de Roma, "Os limites do Crescimento". O prognóstico deste estudo previa que, com a expansão do crescimento e a adoção do padrão de consumo dos países centrais pelos países periféricos, a produção atingiria um ponto em que não mais poderia progredir devido ao esgotamento dos recursos não renováveis, anteendo uma situação catastrófica para o planeta.

Tais acontecimentos trazem a tona, no início da década de 70, a polêmica em torno das relações entre crescimento econômico e meio ambiente, gerada por duas visões divergentes: um grupo defendendo a visão de que o meio ambiente impõe limites absolutos ao crescimento econômico e em se sustentando o atual ritmo de crescimento da exploração dos recursos naturais e do nível de poluição, estaríamos perto de atingir uma situação caótica; outro grupo, partilhando da visão de que o progresso tecnológico superaria os limites ambientais ao crescimento econômico, e que tal crescimento extingiria a miséria social, levando à melhoria significativa das condições de vida da humanidade a um custo ambiental irrelevante frente ao progresso social obtido.

Nesta mesma época surge a visão do endesenvolvimento que viria defender uma posição intermediária entre estas duas correntes divergentes, trazendo consigo a proposta que mais tarde

seria conhecida como Desenvolvimento Sustentável (desenvolvimento capaz de satisfazer as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das futuras gerações atenderem as suas próprias necessidades). Este terceiro grupo reconhece que o fator tecnológico possa contribuir para solucionar os problemas ambientais, embora não resolva a questão. Concorde também que o crescimento econômico é necessário à solução dos problemas sociais, contudo insuficiente para resolvê-los.

Surge a conscientização da necessidade de compatibilizar crescimento econômico com preservação do meio ambiente. Os mais pessimistas detendem a estagnação econômica e uma regressão dos padrões de consumo, como solução para a questão ambiental, apregoando uma economia de estado estacionário, onde a taxa de crescimento é zero.

O fato é que, a partir de Estocolmo, a discussão ambiental se faz cada vez mais presente e é crescente a conscientização mundial. A questão energética e dos demais recursos naturais necessários ao processo produtivo, somado à capacidade de assimilação do meio ambiente, serão confrontadas com o crescimento econômico e populacional que, neste século, apresentaram taxas muito elevadas, fazendo com que se avistasse os limites ambientais.

Fica claro que o crescimento econômico contínuo traria rompimentos de equilíbrios ecológicos, imprescindíveis à sobrevivência do sistema ambiental. As diversas ocorrências de degradação ambiental tornaram-se um obstáculo ao desenvolvimento econômico, reforçando a conscientização de controlar o crescimento tanto econômico quanto populacional.

Na ocasião da Conferência de Estocolmo, os países do terceiro mundo defendiam a posição de que, antes de resolver problemas ambientais, deveriam ser solucionados os seus problemas de subdesenvolvimento, e que para isso deveria-se crescer a qualquer custo, assumindo posições desen-

volvimentistas. Viam a causa ambiental como um luxo dos países ricos; somente as sociedades avançadas, que já haviam resolvido problemas muito mais graves, como a superação das necessidades básicas da população, poderiam se dedicar a essa causa.

Entretanto, na década de 80 fica claro que, após um longo período de crescimento acelerado de grande parte dos países subdesenvolvidos, isto não foi suficiente para solucionar os graves problemas sociais. O desenvolvimento equitativo não tem sido alcançado; a pobreza de massa subsiste e as disparidades aumentam entre e dentro dos países. O crescimento postergou o conflito por uma melhor distribuição de renda, uma vez que, ao aumentar a renda absoluta de cada um, atenua o fato do crescimento relativo desproporcional que privilegia uma minoria. As altas taxas de crescimento nos países subdesenvolvidos foram acompanhadas por crescente disparidade de distribuição de renda e pela incapacidade do sistema econômico em absorver com satisfatória produtividade o contínuo aumento da força de trabalho.

O crescimento econômico tem gerado um desenvolvimento excludente. Conforme o Banco Mundial, 81% da população mundial tem rendimentos que, nos EUA, seriam qualificados como suficiente apenas para uma má alimentação; sendo ainda, que cerca de 1,3 bilhões de pessoas vivem com apenas 1 dólar por dia. Em contra partida a pressão sobre o meio ambiente se elevou sobremaneira.

A este quadro, somam-se estimativas de que os recursos dos quais depende a moderna tecnologia industrial se esgotarão na mesma época em que muitos países subdesenvolvidos talvez atinjam a maturidade industrial. Mas mesmo assim fica difícil falar em crescimento material zero em sociedades desigualitárias. Mesmo em nações desenvolvidas subsiste a pobreza, e a desigualdade leva à busca por um nível mais alto de consumo, ins-

Estar e Meio Ambiente

talando-se assim um conflito entre esta busca e os limites ambientais. A questão é bastante delicada, uma vez que os países subdesenvolvidos detêm em média uma renda per capita vinte vezes menor do que a do primeiro mundo. Atualmente nos deparamos com o desafio de como reduzir substancialmente ou eliminar a miséria, sem desprezar os limites da capacidade de sustentação da Terra.

Sachs atenta que se deve ter em conta, independente de crescer ou não, a forma de exploração da natureza - é errado pressupor que a taxa de exploração da natureza esteja relacionada apenas com a taxa de crescimento econômico e não com as formas, conteúdos e usos do crescimento - a economia estacionária também consome recursos, e ainda, caso se mantenha as desigualdades sociais, não se atingiria o desenvolvimento - a estagnação funcionaria apenas para sociedades iguais. Para Sachs é possível adotar padrões alternativos de crescimento, organizados e instrumentalizados de maneira a minimizar os impactos negativos sobre o meio ambiente. Deixar de crescer, para livrar-se dos impactos negativos do crescimento sobre o meio ambiente, é uma proposta intelectualmente simplista e politicamente suicida. O problema não consiste na escolha entre crescimento e qualidade do ambiente, e sim, em buscar a harmonia entre objetivos sócio-econômicos e ambientais, através da redefinição de padrões de uso de recursos e das finalidades do crescimento.

Há os que defendam o crescimento zero para os países avançados e um crescimento controlado para os países atrasados. Esta seria uma alternativa interessante, mas até que ponto isto seria factível? Por um lado, parece impossível e extremamente complexo conseguir que os países desenvolvidos param de crescer; e por outro lado isto ocorrendo, comprometeria o crescimento dos países subdesenvolvidos, uma vez que são os países centrais que lideram o crescimento

mundial. Em que medida o crescimento dos países atrasados depende do crescimento dos países avançados?

Os países super desenvolvidos não querem limitar o consumo, porque o crescimento econômico é o que adia o conflito social e distrai a atenção a respeito do problema de distribuição de renda e riqueza. Mas alguma providência se faz necessária frente ao desenrolar dos acontecimentos. Segundo Cavalcanti para elevar a renda nos países em desenvolvimento nos próximos trinta anos à metade do nível de renda dos países avançados, a produção mundial teria de crescer dez vezes, supondo que a taxa de crescimento dos países avançados permanecesse em 2% ao ano, o que ultrapassaria o limite ambiental.

Daly diagnostica que: "As matérias primas concentradas na crosta terrestre e a capacidade do sistema para absorver tanto grandes quantidades quanto exóticas qualidades de material e poluição térmica, fixam um limite para o número de pessoas-ano que podem viver em um 'estado desenvolvido' como este termo é entendido hoje, nos EUA e no Terceiro Mundo."

Na década de 80, segundo este autor, era necessário aproximadamente um terço da produção anual mundial de recursos não-renováveis para sustentar 6% da população mundial que residiam nos Estados Unidos, naquelas condições de desenvolvimento aspiradas pelo resto do mundo e que os presentes fluxos de recursos permitiriam os padrões norte-americanos a um máximo de 18% da presente população mundial. Na virada desta década os países desenvolvidos possuíam cerca de 24% da população do mundo, consumiam aproximadamente 75% da energia gerada e respondiam por cerca de 70% das emissões totais anuais de dióxido de carbono (se considerarmos o período 1950-80 a participação nas emissões é de 77%). Atualmente, cerca de menos de 1/4 da população mundial consome aproximadamente 80% dos bens e mercadorias pro-

duzidas pelo homem. Em 1998, segundo o Banco Mundial, só os consumidores americanos que somavam menos de 5% da população do planeta, foram responsáveis por metade da taxa de crescimento do consumo internacional.

"Os países super desenvolvidos não querem limitar o consumo, porque o crescimento econômico é o que adia o conflito social e distrai a atenção a respeito do problema de distribuição de renda e riqueza."

Até que ponto o crescimento econômico pode levar a um verdadeiro progresso humano deve ser questionado. Não se pode confundir crescimento econômico com desenvolvimento, que possui dimensões sociais, ambientais e econômicas. Basear-se no PIB e na renda nacional como indicadores primários de desenvolvimento, conduz a políticas e instituições que promovem um crescimento econômico que negligencia o progresso social e a melhoria do meio ambiente. Para avaliar o nível de desenvolvimento, devemos nos basear em indicadores sociais e ambientais. Da mesma maneira que o aumento do produto é um guia incerto ao crescimento do bem-estar, a elevação do bem-estar pode ser obtida às custas de aspectos não materiais da satisfação humana. O progresso deve ser avaliado pela qualidade de vida (nível cultural, saúde, longevidade, um meio ambiente saudável, acesso ao lazer, etc.), e não apenas pelo consumo material. Renda nacional e PIB per capita espelham o progresso material.

Portanto, é necessário que conceitos como os de desenvolvimento e crescimento econômico sejam redefinidos, para que as metas da sociedade também possam ser modificadas.

Nada garante que incrementos de renda per capita a partir de determinado ponto, aumentem a qualidade de vida. Diversos estudos realizados nos EUA demonstraram que o crescimento da renda não foi acompanhado pelo aumento de felicidade das pessoas. Richard Easterlin, ao analisar estas pesquisas, constata que a satisfação obtida por cada indivíduo é relativa a das outras pessoas; no curto prazo ela se dá na medida em que se sobe na escala de renda, mas no longo prazo a proporção de pessoas que se declaram felizes permanece constante. Tibor Scitovsky, a partir da teoria psicológica contemporânea, demonstrou que o nível de satisfação não depende - ou pelo menos não só - do nível de renda, mas de sua taxa de crescimento. Conclui que deveríamos crescer mais rapidamente para estar mais contentes, e continuar crescendo para manter o mesmo nível de satisfação. Um estudo de Daly & Cobb, do período 1950-86, comprova tal conclusão ao revelar que os americanos têm estado trabalhando duas vezes mais, apenas para manter o mesmo nível de bem-estar per capita, atingido vinte anos antes.

Embora, se considerarmos a imensa massa da população mundial que detém baixíssimos níveis de renda, certamente um acréscimo de renda provocaria um significativo efeito positivo no nível de satisfação. O que não exclui o questionamento da real necessidade de crescer dos países desenvolvidos, uma vez que já atingiram altos níveis de renda. O crescimento deveria ser evitado na medida que significa a saturação de cada vez mais necessidades triviais, enquanto simultaneamente se criam sérios problemas ambientais.

Sendo assim, se faz necessário orientar o crescimento de forma a compatibilizá-lo com um progresso verdadeiramente humano.

O fato é que, frente ao contexto social, as visões mais pessimistas sobre compatibilizar desenvolvimento econômico com preservação ambiental (destacando-se os limites físicos ao crescimento) foram sendo superadas pelas que defendem a conciliação possível entre crescimento

econômico, justiça social e prudência ecológica, sintetizadas pelo conceito de desenvolvimento sustentável.

A consciência ecológica vem ganhando espaço no dia a dia das pessoas, conquistando um lugar de destaque como índice de qualidade de vida. O questionamento da preservação do meio ambiente, inicialmente restrito aos países desenvolvidos, incorporou crescentemente a problemática ambiental dos países em desenvolvimento, culminando com o reconhecimento mútuo da necessidade de um esforço conjunto, de ações integradas entre todos os países, para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável ■

O Clube de Roma também passaria a ser conhecido, após relatórios posteriores ainda mais sombrios, como o "Clube do Juízo Final". Deve-se ter em mente que além do crescimento populacional que pressiona o meio ambiente, o significativo aumento da expectativa de vida agrava o problema. Isto não se observa apenas no Terceiro Mundo, a União Européia que sempre se apoiou no crescimento econômico como forma de atingir o pleno emprego, tem justamente experimentado crescimento sem empregos. Furtado tem uma visão bastante pessimista, embora fundamentada, da possibilidade dos países do terceiro mundo superarem o subdesenvolvimento: "Um incremento na taxa de crescimento tende a agravar a tanto dependência externa quanto à exploração interna. Deste modo, altas taxas de crescimento, longe de reduzir o subdesenvolvimento tendem a agravá-lo, na medida em que tendem a aumentar as desigualdades sociais." (FURTADO, 1974)

*RICARDO ARRIVEDO SILVA é Mestrando da Curso de Desenvolvimento Econômico, Espaço Meio Ambiente, na UNICAMP.

DESENVOLVIM

* DANIELLE CONCEIÇÃO CRIZNEV BERGER

** JÁIRA MARIA ALCANTARA GOMES

I. INTRODUÇÃO

Picos, município do Estado do Piauí, faz parte da Mesorregião do Sudeste Piauiense e da Microregião Geográfica de Picos. Localiza-se no semi-árido piauiense, na Bacia Hidrográfica do rio Guaribas.

O estudo "Desenvolvimento Humano, Renda e Pobreza no município de Picos (PI)" tem como objetivo geral analisar o grau de desenvolvimento humano e suas relações com a renda e pobreza.

Os objetivos são:

1 - Analisar o grau de desenvolvimento humano do município, através de suas dimensões longevidade, educação e renda;

2 - Interpretar o nível de condições de vida em Picos, a partir de seus indicadores longevidade, educação, renda, infância e habitação;

3 - Conhecer a desigualdade da distribuição da renda e a pobreza no município, identificando os fatores sócio-econômicos que as influenciam.

Os métodos estatísticos utilizados são o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), o Índice de Condições de Vida (ICV), a medida de desigualdade "I" de Theil e a medida de pobreza, porcentagem de pessoas com renda insuficientes (Pi).

A metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) foi desenvolvida por um grupo de pesquisadores da Fundação João Pinheiro (FJP) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), para um estudo pioneiro sobre o desenvolvimento humano nos municípios mineiros, realizado em 1996, baseado na metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas (ONU).

O IDH-M combina três componentes básicos do desenvolvimento humano:

1 - A longevidade, que reflete as condições de saúde da população; medida pela esperança de vida ao nascer.

2 - A educação, medida pela taxa de analfabetismo na população de 15 anos e mais e pelo número médio de anos de estudo da população adulta (25 anos ou mais).

3 - A renda, medida pelo poder de